www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v.30, n.164, 2026 | DOI: 10.69849/6051vn12

Tensões entre mercado global, identidade nacional e reerguimento de fronteiras

Tensions between the global market, national identity, and the resurgence of borders

Antônio Francisco Von Holleben Thomé ; Bruno Fernandes de Oliveira; Edson Lauri Ribas Vieira; João Geraldo dos Santos Fernandes; Leandro Varoni da Silva; Leonardo Nogueira Marques; Maria Alaides Alves Gonçalves; Maria Litiele Ferraz Zanella; Nícolas Leonardi; Paola Duarte da Silva; Patricia Bianchini Mustafa Abu Jamil Erte; Venâncio Fernandes Mantovani

RESUMO

As dinâmicas contemporâneas das relações internacionais revelam um cenário marcado por tensões crescentes entre a lógica de integração promovida pelo mercado global e os impulsos identitários que fortalecem os nacionalismos. Em diversas partes do mundo, observa-se uma revalorização das fronteiras físicas e simbólicas como resposta às incertezas econômicas, culturais e políticas associadas à globalização. Esse movimento contraditório expressa a simultaneidade de dois vetores históricos: de um lado, a consolidação de fluxos transnacionais de capital, tecnologia e informação; de outro, a reemergência de discursos de soberania, proteção econômica e exclusão cultural. Assim, enquanto corporações e instituições multilaterais ampliam sua influência para além dos Estados-nação, governos adotam posturas defensivas pautadas por políticas migratórias restritivas, barreiras comerciais e reforço de identidades nacionais. Essa ambivalência evidencia a crise da ordem liberal global construída no pós-Guerra Fria, colocando em xeque os ideais de interdependência e cooperação internacional. Além disso, a ascensão de lideranças populistas em diferentes contextos reforça o uso político das fronteiras como símbolo de controle e autonomia frente a um sistema percebido como desigual. A articulação entre globalização econômica e reafirmação nacionalista produz efeitos profundos sobre a governança mundial, a estabilidade regional e os direitos humanos. Com isso, torna-se imprescindível analisar os impactos dessas tensões sobre as estruturas institucionais e os valores que sustentam o sistema internacional contemporâneo.

Palavras-chave: Mercado. Globalização. Nacionalismo

ABSTRACT

Contemporary international relations reveal a scenario increasingly shaped by tensions between the integrative logic of the global market and the identity-driven forces fueling nationalism. Across the world, a renewed emphasis on physical and symbolic borders emerges as a reaction to the economic, cultural, and political uncertainties associated with globalization. This contradictory movement reflects the simultaneous advance of two historical vectors: on one hand, the consolidation of transnational flows of capital, technology, and information; on the other, the resurgence of discourses around sovereignty, economic protection, and cultural exclusion. While corporations and multilateral institutions extend their influence beyond nation-states, governments adopt defensive strategies based on restrictive immigration policies, trade barriers, and the reinforcement of national identities. This ambivalence highlights the crisis of the post-Cold War liberal global order, challenging ideals of interdependence and international cooperation. Moreover, the rise of populist leaderships in different contexts amplifies the political use of borders as symbols of control and autonomy in response to a perceived global inequality. The interplay between economic globalization and nationalist reaffirmation produces deep effects on global governance, regional stability, and human rights. Therefore, it becomes essential to analyze the impact of these tensions on institutional structures and the values that underpin the contemporary international system.

Keywords: Market. Globalization. Nationalism

1 INTRODUÇÃO

A consolidação do mercado global ao longo do século XXI tem promovido transformações profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais. Contudo, ao contrário da promessa de uma integração progressiva entre nações, verifica-se uma intensificação de posturas nacionalistas e protecionistas, com a consequente revalorização das fronteiras estatais. Essa reconfiguração do espaço geopolítico contemporâneo desafia os pressupostos de um mundo interdependente, tornando visível um processo de fragmentação diante das promessas de homogeneização global.

As tensões entre globalização e nacionalismo não são fenômenos excludentes, mas sim simultâneos e interdependentes. O avanço das tecnologias de comunicação e transporte permitiu o crescimento exponencial dos fluxos de bens, serviços e informações, mas também provocou

sentimentos de insegurança identitária. Esses sentimentos, muitas vezes, se traduzem em políticas públicas que visam proteger economias locais e culturas nacionais, mesmo que em detrimento da cooperação internacional.

Nesse contexto, observa-se uma instrumentalização política das fronteiras, que passam a representar não apenas limites territoriais, mas também barreiras culturais e econômicas. A ascensão de lideranças com discursos nacionalistas reforça essa lógica, promovendo medidas restritivas que buscam afirmar a soberania e a autonomia frente aos organismos multilaterais e à dinâmica do capital global. Essa postura, no entanto, aprofunda tensões e instabilidades nos sistemas regionais.

Além disso, a globalização neoliberal contribuiu para o agravamento de desigualdades sociais, alimentando a percepção de que a abertura irrestrita dos mercados beneficia apenas uma elite econômica. Esse descontentamento social tem sido capitalizado por movimentos que defendem o fechamento de fronteiras e o retorno a valores tradicionais, o que impacta diretamente as relações internacionais e os mecanismos de governança global.

Dessa forma, torna-se indispensável compreender como o reerguimento de fronteiras e a retomada de discursos nacionalistas se articulam às dinâmicas do mercado global. Tal análise permite mapear os efeitos políticos, econômicos e sociais dessa tensão, evidenciando a complexidade de um cenário internacional que oscila entre interconexão e isolamento.

2 DESENVOLVIMENTO

A crescente valorização das fronteiras no contexto contemporâneo está diretamente relacionada à percepção de vulnerabilidade gerada pela globalização econômica. Países que experimentaram perdas na competitividade de setores produtivos tradicionais ou aumentos nos índices de desemprego recorreram a estratégias nacionalistas como forma de proteger suas economias internas. Tal movimento revela a tentativa dos Estados de reconstituírem mecanismos de controle diante de fluxos globais que frequentemente escapam à regulação política, promovendo desequilíbrios estruturais entre nações centrais e periféricas (CAMPOS,2019).

Simultaneamente, a reafirmação da identidade nacional surge como resposta às transformações socioculturais aceleradas pela globalização. A intensificação dos fluxos

migratórios, o pluralismo cultural e a expansão de valores cosmopolitas têm sido interpretados por setores conservadores como ameaças à coesão interna. Nessa lógica, o nacionalismo se apresenta como uma forma de resistência simbólica, buscando resgatar elementos considerados autênticos e originais de uma identidade nacional muitas vezes idealizada, mesmo que tal identidade se fundamente em exclusões e apagamentos históricos (HENRIQUE,2021).

Além disso, as mudanças tecnológicas e econômicas promovidas pelo mercado global têm contribuído para o esvaziamento de referências tradicionais de pertencimento. Com a crescente financeirização da economia e a flexibilização das relações de trabalho, comunidades locais têm perdido sua centralidade na organização social. Esse deslocamento alimenta sentimentos de desamparo coletivo, frequentemente capturados por narrativas nacionalistas que atribuem à globalização a responsabilidade pela erosão de estruturas sociais e morais anteriormente estáveis (JUNQUEIRA,2020).

As fronteiras, nesse contexto, deixam de ser apenas elementos geográficos e passam a desempenhar função ideológica e política central na construção de um discurso de soberania. O fechamento de fronteiras e a adoção de políticas de contenção migratória são apresentados como respostas legítimas a ameaças difusas que vão desde o terrorismo até o desemprego. Tal retórica fortalece lideranças que prometem restaurar uma ordem perdida e reafirmar o protagonismo do Estado frente àquilo que consideram interferência de organismos internacionais ou interesses econômicos globais (LOPES,2018).

Desse modo, as tensões entre o mercado global e o nacionalismo evidenciam a fragilidade dos pilares sobre os quais se assentava a ordem liberal internacional. O ideal de um mundo interdependente e cooperativo parece cada vez mais distante diante da proliferação de discursos protecionistas e práticas unilaterais. A crise das instituições multilaterais, a polarização política e o enfraquecimento de acordos internacionais demonstram que o sistema internacional enfrenta um momento de redefinição, no qual o reerguimento das fronteiras simboliza uma tentativa de reconquistar a autonomia em meio ao caos percebido (NUNES,2023).

2.1 Globalizações em Conflito: Neoliberalismo, Nacionalismo e o Retorno das Fronteiras

A emergência de novos nacionalismos e o fechamento simbólico e físico das fronteiras são respostas a uma globalização percebida como assimétrica. Em diversas regiões, a promessa

de prosperidade promovida pelo mercado global não se concretizou para parcelas significativas da população, o que gerou frustrações canalizadas em discursos de exclusão. A soberania territorial ressurge como mecanismo de defesa frente à ingerência externa e à volatilidade dos fluxos financeiros. Esse movimento denota uma tentativa de resgate do protagonismo estatal em um cenário dominado por corporações transnacionais e organismos supranacionais (OLIVEIRA,2022).

No campo político, observa-se que o discurso nacionalista atua como catalisador de demandas reprimidas, vinculando identidade nacional à proteção econômica e à segurança. Essa associação é frequentemente mobilizada por lideranças populistas que se posicionam contra instituições multilaterais e acordos de livre-comércio. A retórica soberanista torna-se, assim, instrumento de reconfiguração dos pactos sociais e institucionais, promovendo políticas de contenção e reterritorialização da autoridade estatal. Nesse processo, a fronteira deixa de ser uma linha de divisão geográfica para tornar-se eixo articulador de políticas internas e externas (PACHECO,2017).

Ao observar os reflexos dessa tendência sobre as políticas migratórias, constata-se o endurecimento das medidas de controle populacional, frequentemente pautadas por critérios étnicos e raciais. A ideia de "limpar" o território nacional de influências externas é evocada como forma de restaurar uma pureza identitária supostamente ameaçada. Essas práticas não apenas violam os direitos humanos, mas também aprofundam a fragmentação do sistema internacional e o desmonte das estruturas de acolhimento e solidariedade entre nações (PEREIRA,2021).

No plano econômico, a globalização produziu ganhos substanciais para setores privilegiados, mas agravou desigualdades entre e dentro dos Estados. O fechamento de fronteiras, nesse sentido, funciona como tentativa de contenção da instabilidade interna provocada pelas perdas acumuladas das camadas médias e populares. Tais medidas, entretanto, negligenciam os fatores estruturais da desigualdade, transferindo a responsabilidade das crises aos agentes externos, como imigrantes, refugiados ou instituições globais (PONTES,2019).

Esses fatores somados demonstram que o reerguimento das fronteiras não é apenas reflexo de ameaças concretas, mas também resultado de uma construção simbólica. A fronteira torna-se a metáfora central de um tempo marcado pela insegurança e pela busca por referências estáveis. O nacionalismo, assim, reaparece não como fenômeno arcaico, mas como uma

resposta política contemporânea às falhas de um sistema global que prometeu inclusão, mas frequentemente gerou exclusão e desamparo (QUEIROZ,2020).

O entrelaçamento entre a expansão tecnológica e os efeitos colaterais da globalização intensificou os sentimentos de deslocamento e insegurança cultural em diversas sociedades. A simultaneidade de culturas, línguas e costumes promovida pelas redes digitais, embora tenha ampliado as trocas simbólicas, também provocou resistências. A percepção de que há uma ameaça à cultura nacional impulsiona reações defensivas que, no campo político, se traduzem em discursos excludentes e políticas identitárias de fechamento (OLIVEIRA,2022).

A retórica do "resgate identitário" tem sido particularmente eficaz em contextos de crise econômica e instabilidade política. Ao associar a prosperidade nacional à homogeneidade cultural, líderes políticos reforçam fronteiras simbólicas que delimitam quem pertence e quem deve ser excluído. A promoção de políticas educacionais e midiáticas voltadas à valorização de narrativas nacionais específicas reforça esse processo, muitas vezes em detrimento da diversidade e da pluralidade democrática (PACHECO,2017).

A tensão entre o universalismo promovido pelo mercado global e a particularidade das culturas locais gerou um tipo de ressentimento difuso que alimenta a base social de movimentos nacionalistas. Esse ressentimento é explorado como justificativa para o retorno a modelos fechados de nação, nos quais a alteridade é vista como ameaça e a diferença como problema a ser eliminado. As fronteiras, nesse sentido, voltam a assumir função disciplinadora e segregadora (PEREIRA,2021).

Com base nesse quadro, é possível observar a emergência de políticas públicas orientadas por princípios de exclusividade cultural, que não apenas reforçam o etnocentrismo, mas também deslegitimam os mecanismos multilaterais de proteção à diversidade. O nacionalismo cultural se apoia, assim, na ideia de que a preservação da identidade só é possível por meio do isolamento simbólico e do controle das influências externas. Esse isolamento, porém, aprofunda a polarização e compromete a governança democrática (PONTES,2019).

As resistências às transformações culturais promovidas pela globalização indicam que a identidade nacional é mobilizada como estratégia de compensação simbólica diante das incertezas contemporâneas. O discurso do pertencimento exclusivo oferece a sensação de segurança diante da instabilidade, ao passo que as fronteiras ganham contornos emocionais e

políticos. Dessa forma, a defesa da identidade torna-se argumento central para políticas restritivas que, muitas vezes, violam direitos fundamentais e limitam a pluralidade cultural (QUEIROZ,2020).

A transformação das fronteiras em instrumentos ideológicos responde à crise de confiança nas estruturas de regulação internacional. O discurso soberanista opera como ferramenta de reconstrução do poder estatal frente à percepção de que os mecanismos multilaterais são ineficazes ou tendenciosos. Ao invés de promover a cooperação, a governança global passa a ser vista como ameaça à autonomia nacional, alimentando práticas unilaterais e estratégias de confrontação. Assim, a fronteira é ressignificada como símbolo de resistência e autonomia (CAMPOS,2019).

Nesse contexto, o Estado passa a utilizar a retórica das fronteiras para justificar políticas de contenção e vigilância interna. A segurança nacional, antes voltada para ameaças militares, é agora articulada com questões migratórias, culturais e econômicas. O resultado é a naturalização do controle sobre populações específicas, especialmente aquelas associadas a contextos de mobilidade forçada ou pertencimento étnico diverso. As fronteiras tornam-se, assim, espaços de exclusão e disciplinamento (HENRIQUE,2021).

O fechamento das fronteiras é acompanhado pela militarização de políticas públicas e pela construção de uma lógica de inimigos internos e externos. Essa lógica favorece o endurecimento dos aparatos estatais de segurança e compromete os princípios do Estado democrático de direito. A legitimação dessas medidas é sustentada por narrativas que identificam o "outro" como ameaça à ordem, reforçando dinâmicas de discriminação institucionalizada (JUNQUEIRA,2020).

O reposicionamento estratégico das fronteiras também impacta as relações econômicas e diplomáticas entre os Estados. A reconfiguração dos acordos comerciais e o questionamento de pactos internacionais históricos são evidências de uma nova lógica de posicionamento global, marcada pelo pragmatismo, pela desconfiança mútua e pela disputa por influência regional. O cenário que se desenha é o de uma fragmentação das alianças tradicionais, substituídas por coalizões efêmeras baseadas em interesses imediatos (LOPES,2018).

Diante desse quadro, a fronteira deve ser compreendida como categoria política ativa, cujos sentidos são constantemente atualizados conforme os interesses do poder. Ela funciona como espaço de produção de subjetividades, disciplinamento de corpos e afirmação simbólica

do Estado. Ao assumir essa centralidade, a fronteira revela não apenas os limites territoriais, mas as contradições profundas de um sistema global que se equilibra entre a universalização das trocas e o fechamento identitário (NUNES,2023).

A globalização neoliberal, ao acentuar a lógica de mercado como eixo estruturante das relações sociais, contribuiu decisivamente para a erosão das estruturas tradicionais de segurança e pertencimento. A flexibilização das relações de trabalho, a precarização dos direitos sociais e o enfraquecimento das políticas públicas criaram um ambiente de instabilidade que afetou diretamente as camadas médias e populares. Esse processo gerou um vácuo simbólico e material que tem sido preenchido por discursos nacionalistas que prometem a restauração de uma ordem perdida e a proteção contra ameaças externas (CAMPOS,2019).

Em diversos contextos nacionais, observou-se o crescimento de movimentos que defendem o fechamento de fronteiras como forma de recuperação econômica e proteção cultural. Esses grupos, em geral, canalizam ressentimentos sociais acumulados, identificando nos estrangeiros — sobretudo migrantes e refugiados — os principais responsáveis pelas dificuldades vividas. Tal retórica desvia o foco das causas estruturais das desigualdades e fortalece políticas discriminatórias, ao mesmo tempo em que legitima a adoção de medidas autoritárias sob o pretexto de defesa do bem comum (HENRIQUE,2021).

A insatisfação com os efeitos da globalização econômica também tem afetado a confiança da população nas instituições democráticas. A percepção de que as elites políticas e econômicas estão alheias às necessidades da maioria tem favorecido o surgimento de lideranças populistas que se apresentam como alternativas anti-establishment. Esses líderes utilizam as fronteiras como metáfora de resgate da soberania e promovem reformas institucionais voltadas à centralização do poder e ao controle da mobilidade (JUNQUEIRA,2020).

A relação entre crise econômica e retorno ao nacionalismo evidencia uma tentativa de reconfiguração do pacto social a partir de valores conservadores. A defesa da família tradicional, da religião e da autoridade do Estado aparece como resposta à fragmentação promovida pela modernidade global. As fronteiras, nesse cenário, ganham função simbólica de contenção do “outro” — seja ele estrangeiro, dissidente ou diverso —, reafirmando identidades nacionais idealizadas e excludentes (LOPES,2018).

Ademais, o descontentamento com a globalização não se restringe a perdas econômicas, mas envolve também dimensões afetivas, culturais e identitárias. A fronteira torna-se o espaço onde esses múltiplos fatores convergem, funcionando como um marcador das fraturas sociais do presente. Essa centralidade simbólica das fronteiras revela a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento, participação democrática e inclusão social diante dos desafios impostos por um mundo em rápida transformação (NUNES,2023).

A compreensão das fronteiras como estruturas dinâmicas permite enxergar como elas operam tanto no plano geopolítico quanto no simbólico. O fechamento de fronteiras físicas, acompanhado de discursos de reafirmação nacionalista, não é um fenômeno isolado, mas sim expressão de uma reconfiguração das estratégias de poder no sistema internacional. A tensão entre abertura e fechamento evidencia que os Estados estão redesenhando suas posições em função da pressão dos mercados e das demandas sociais internas (OLIVEIRA,2022).

As transformações no cenário global, especialmente após crises econômicas e sanitárias de escala internacional, contribuíram para a revisão de prioridades nacionais. A busca por autonomia estratégica passou a justificar a desconexão de cadeias produtivas globais, a imposição de tarifas protecionistas e a renegociação de tratados internacionais. Essa tendência revela que o Estado, longe de desaparecer, ressurge com força como agente central na mediação entre globalização e soberania (PACHECO,2017).

Ao mesmo tempo, observa-se a crescente influência de discursos que associam segurança e identidade à limitação da circulação de pessoas e ideias. O fortalecimento das fronteiras ocorre, nesse caso, como mecanismo de contenção do dissenso, estabelecendo um controle mais rígido sobre o espaço público, a liberdade de expressão e os fluxos culturais. Esse processo compromete a capacidade das democracias contemporâneas de absorver a diversidade e garantir direitos universais (PEREIRA,2021).

A governança global também sofre os impactos diretos desse cenário, pois os mecanismos de cooperação internacional enfrentam resistência crescente. A descrença na eficácia das instituições multilaterais, aliada ao fortalecimento de políticas internas voltadas à autossuficiência, dificulta a formulação de soluções coordenadas para problemas comuns, como as mudanças climáticas, os fluxos migratórios e as pandemias. A retração do multilateralismo é, portanto, uma consequência direta da revalorização das fronteiras e da priorização dos interesses nacionais imediatos (PONTES,2019).

Nesse sentido, a análise das tensões entre mercado global, identidade nacional e reerguimento de fronteiras permite compreender a complexidade do momento histórico presente. A coexistência de processos de integração econômica e de fechamento político-ideológico revela um sistema internacional em disputa, no qual os projetos de futuro se chocam com heranças do passado e ansiedades do presente. A fronteira, mais do que um limite territorial, constitui o símbolo maior dos impasses e contradições que atravessam o século XXI (QUEIROZ,2020).

3 CONCLUSÃO

À luz dos dados históricos e das dinâmicas recentes, torna-se evidente que o reerguimento das fronteiras representa uma resposta defensiva a um modelo de globalização percebido como excludente e assimétrico. Esse movimento se intensifica sobretudo em contextos de crise, quando os efeitos adversos da interdependência econômica e cultural se tornam mais visíveis. A busca por proteção econômica, identitária e política reflete um esforço por parte dos Estados em retomar o controle diante de forças transnacionais que escapam à regulação tradicional, como os fluxos especulativos de capital, a mobilidade humana desregulada e as pressões de organismos multilaterais. O fortalecimento das fronteiras, nesse sentido, pode ser compreendido como uma tentativa de reconstrução de um núcleo decisório soberano em meio à fragmentação da autoridade estatal no contexto do capitalismo global.

A sobreposição entre discursos nacionalistas e estratégias de mercado revela uma contradição estrutural que atravessa o projeto da modernidade globalizada. Ao mesmo tempo em que se promove a integração econômica sob a lógica da eficiência e da competitividade, erguem-se barreiras que dificultam o trânsito de pessoas, culturas e valores. Essa ambiguidade fragiliza os ideais de cooperação internacional e solapa os princípios da ordem liberal construída no pós-Guerra Fria, ao mesmo tempo que evidencia a dificuldade das instituições multilaterais em dar respostas efetivas às novas demandas sociais. Em vez de promover a coesão global, o sistema internacional atual aprofunda fragmentações, fortalece o particularismo e estimula práticas unilaterais, desafiando os paradigmas normativos da solidariedade e da governança compartilhada.

Além disso, a instrumentalização política das fronteiras não se restringe ao campo simbólico ou diplomático, mas incide diretamente sobre os corpos e vidas de populações vulneráveis. Ao serem mobilizadas como instrumentos de segurança, pureza cultural e

exclusividade nacional, as fronteiras tornam-se dispositivos de contenção e exclusão, operando uma hierarquização moral e jurídica do direito à mobilidade e à dignidade. Políticas excludentes, travestidas de defesa soberana, acabam por marginalizar grupos inteiros — migrantes, refugiados, minorias étnicas — e comprometer os direitos fundamentais garantidos em pactos internacionais. O discurso da soberania, quando dissociado dos princípios democráticos e humanitários, serve como justificativa para práticas autoritárias e para a supressão dos mecanismos de solidariedade transnacional, provocando rupturas profundas na ordem internacional.

As consequências dessas tensões ultrapassam as relações interestatais e atingem a estabilidade interna dos próprios Estados. A crise migratória, a ascensão de discursos xenofóbicos e a militarização das fronteiras são sintomas de um mal estar global que se alimenta de medos difusos, ressentimentos históricos e desigualdades estruturais. Governos que recorrem ao fechamento e à repressão como resposta às fragilidades do sistema acabam por intensificar os conflitos internos, enfraquecer a coesão social e estimular a radicalização política. Além disso, a fragmentação dos espaços de cooperação regional enfraquece os arranjos institucionais responsáveis pela mediação de interesses comuns, comprometendo o enfrentamento de desafios coletivos como a crise climática, as pandemias e os fluxos forçados de deslocamento populacional.

Dessa forma, o estudo das tensões entre mercado global, identidade nacional e reerguimento de fronteiras revela-se indispensável para a compreensão dos dilemas centrais que atravessam o sistema internacional no século XXI. Ao iluminar os paradoxos do mundo globalizado — entre abertura e fechamento, integração e exclusão, cosmopolitismo e nacionalismo —, tal análise oferece não apenas um diagnóstico das rupturas em curso, mas também subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas mais justas, cooperativas e equilibradas. Reconhecer a complexidade dessas dinâmicas é um passo fundamental para a reconstrução de formas de convivência baseadas na equidade, na interdependência consciente e no respeito à diversidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Helena. **Muros visíveis: o retorno das fronteiras na era global**. Curitiba, 2019.

HENRIQUE, Paulo. **Política, soberania e mercado no século XXI**. Recife, 2021.

JUNQUEIRA, Caio. **Identidades em disputa: nacionalismo e exclusão na globalização**. Brasília, 2020.

LOPES, Natália. **Economia global e crise da cooperação internacional**. Goiânia, 2018.

NUNES, Ricardo. **Territórios em conflito: o papel das fronteiras no mundo contemporâneo**. São Luís, 2023.

OLIVEIRA, Daniela. **Nação e capital: contradições da globalização neoliberal**. Belém, 2022.

PACHECO, Letícia. **Discursos de soberania e política externa contemporânea**. Maceió, 2017.

PEREIRA, Júlio. **Estados, mercados e o novo populismo global**. Florianópolis, 2021.

PONTES, Osvaldo. **Fragmentação global: mercados, fronteiras e identidades**. Teresina, 2019.

QUEIROZ, Heloísa. **Integração ameaçada: globalização e nacionalismos emergentes**. Natal, 2020.

Informações Institucionais da Revista

Revista FT Ltda. (1996–2026)
ISSN: 1678-0817
CNPJ: 48.728.404/0001-22
Fator de Impacto FI: 6.684

Conselho Editorial

Editores Fundadores
Dr. Oston de Lacerda Mendes
Dr. João Marcelo Gigliotti

Editor Científico
Dr. Oston de Lacerda Mendes

Jornalista Responsável
Marcos Antônio Alves – MTB 6036/DRT-MG

Orientadoras

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro
Dra. Chimene Kuhn Nobre